

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Sumário

VEÍCULO: Folha de S. Paulo	2
Título: Ministério oferece saída para briga bilionária no setor de energia elétrica	2
VEÍCULO: O Estado de S.Paulo.....	3
Título: Coluna do Broadcast	3
Título: Direto da fonte.....	3
Título: Eletrobrás mantém indicados políticos em seus quadros	3
VEÍCULO: Valor Econômico.....	5
Título: Cotas de energia geram passivo mensal de R\$ 1 bi	5
Título: Destaques	7
Título: Eletronuclear quer fim de obras de Angra 3 em 2024.....	8
Título: Venda de Carcará abre espaço para dividendos.....	9
Título: Petrobras pode pulverizar controle da BR.....	11
Título: CVM aceita contabilidade de hedge no balanço da estatal.....	13
Título: Juiz decreta a falência do grupo Infinity, dos Bertin.....	14
Título: BioÓleo propõe deságio de 60% em suas dívidas.....	16

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção:** Mercado**Autor:** Maria Cristina Frias**Título:** Ministério oferece saída para briga bilionária no setor de energia elétrica

Propostas dentro do marco regulatório do setor elétrico, que está em fase de consulta pública, podem ajudar a terminar com uma ação bilionária que corre na Justiça entre grandes consumidores e transmissores de energia.

A Abrace (associação de grandes consumidores) ajuizou uma ação em que questiona os termos do pagamento de uma indenização de R\$ 62 bilhões às transmissoras, referentes a ativos construídos antes do ano 2000.

O Ministério de Minas e Energia tenta mediar acordo extrajudicial entre as partes. A iniciativa quase não foi para a frente porque a Abrace considerou que as transmissoras não aceitaram abater valores, mas só prolongar prazos de pagamento.

No texto do marco regulatório, há a possibilidade de que seja usado um outro recurso para ajudar a quitar a conta da indenização às transmissoras: o RGR (Reserva Global de Reversão), fundo instituído há 50 anos.

Com recursos de geradoras e distribuidoras, ele é usado para compensar empresas cuja concessão terminou.

Se R\$ 5 bilhões do fundo forem destinados às indenizações, a Abrace fará o acordo, extrajudicial, diz Edvaldo Santana, presidente da entidade.

"O RGR, por ano, arrecada cerca de R\$ 1,2 bilhão. Se for esse o valor a ser abatido do total das indenizações, não iremos desistir da ação".

O acordo que o governo tenta mediar é observado pela Firjan, diz o presidente do conselho de energia elétrica da federação, Sergio Malta.

"Estamos no processo de preparar uma ação nossa e vamos aguardar a negociação da Abrace para decidir se prosseguiremos com ela".

VEÍCULO: O Estado de S.Paulo**Seção: Colunas****Autor: Luciana Collet e Circe Bonatelli****Título: Coluna do Broadcast**

BR Distribuidora busca diretor para liderar IPO

Nos preparativos para lançar sua oferta inicial de ações (IPO, na sigla em inglês) já em outubro, a BR Distribuidora, da Petrobrás, está em busca de um diretor financeiro (CFO, na sigla em inglês) de peso para comandar as conversas com investidores no processo de abertura de capital. Para dar mais transparência e selecionar o melhor nome, a Korn Ferry, empresa de seleção de executivos, foi contratada. O sindicato dos bancos que estruturará o IPO deve ser o mesmo que foi contratado em 2015, quando a empresa ficou próxima de lançar sua oferta, mas foi atrapalhada pela crise que se abateu sobre a companhia e sua controladora. Assim, Bradesco BBI, Citi, Itaú BBA, BB-BI, Morgan Stanley e Bank of America Merrill Lynch (BoFA) devem trabalhar no processo. Procurada, a BR disse estar em período de silêncio. A Petrobrás reiterou as informações já divulgadas sobre a oferta em fato relevante anterior.

VEÍCULO: O Estado de S.Paulo**Seção: Colunas****Autor: Sonia Racy****Título: Direto da fonte**

Luzes

Entre os interessados na compra da Light, o mais provável, segundo quem conhece profundamente o setor, é que a Enel – dona da Ampla– saia vencedora. Outros concorrentes? Equatorial e EDP. Há possibilidade, mesmo que pequena, de a Energisa entrar. E se a CPFL participar da briga, surpreenderá.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia****Autor: Fernanda Nunes****Título: Eletrobrás mantém indicados políticos em seus quadros**

Apesar do aval do conselho de administração para exonerar quadros não concursados, funcionárias ligadas a José Sarney foram mantidas

O presidente da Eletrobrás, Wilson Ferreira Júnior, que chamou chefes da estatal de "vagabundos", teve o aval do conselho de administração para exonerar todos os funcionários não concursados. Mas manteve nove desses funcionários em cargos de alto escalão. Entre eles, duas filhas de tradicionais políticos da região Nordeste ligados ao ex-presidente José Sarney (PMDB-MA), segundo documentos obtidos pelo "Estadão/ Broadcast". Foram salvas da demissão Anelise Pacheco, filha do ex-senador Álvaro Pacheco (PFLPI), assessor especial da Presidência da República no governo Sarney, e Maria Carmen Ines Gurgel de Sousa, filha do ex-deputado federal Colombo de Souza (PSP-CE).

A manutenção de cargos de comissão, sem uma justificativa técnica para isso, contraria decisão do conselho de administração da Eletrobrás do dia 25 de julho do ano passado, dois dias antes de Ferreira assumir formalmente a empresa. Pela deliberação do conselho, apenas os não concursados com "notório saber", os "essenciais", deveriam ser mantidos nos cargos. Mas Anelise, subordinada à presidência, e Maria Carmen, à diretoria de Transmissão, foram mantidas por "solicitação de seus titulares", segundo ata das deliberações do conselho do dia 26 de agosto. Relator do documento em que está registrado o pedido de manutenção das duas no cargo, Ferreira não apresentou qualquer justificativa técnica para a sua decisão.

Em resposta ao Estadão/ Broadcast, a estatal afirma que Anelise e Maria Carmen "atuam no processo estratégico de privatização das empresas de Distribuição da Eletrobrás". A empresa se negou a informar quais funções exercem. Nos registros internos, elas não aparecem atreladas à diretoria de Distribuição. Anelise está lotada na superintendência de Comunicação e Maria Carmen, na diretoria de Transmissão. Com formações acadêmicas em Comunicação, elas não têm histórico no setor elétrico. Entre os nove funcionários não concursados mantidos na empresa, seis foram identificados como primordiais para o processo de privatização de distribuidoras que acontecerá no fim do ano, e foram mantidos na casa por mais 12 meses, contados a partir de agosto do ano passado.

Desses, quatro viraram diretores de distribuidoras e outros dois foram mantidos na controladora, ligados à diretoria de Distribuição, por causa do "conhecimento técnico" que possuem, necessário à privatização. Um outro, especialista no setor elétrico, foi mantido por solicitação da diretoria de Transmissão. Anelise é citada na Operação Faktor, da Polícia Federal, que em 2008 investigou a contratação pela Eletrobrás de parentes e afilhados políticos de Sarney por meio de atos secretos. No centro da investigação estavam Fernando Sarney, filho do então senador, Anelise Pacheco e José Muniz Lopes, então presidente da Eletrobrás (atualmente, é o diretor de Transmissão da empresa).

Reportagens da época divulgaram áudios da PF em que Fernando Sarney afirma a Anelise que já havia fechado com Lopes o controle da área de patrocínio da

empresa. Já Maria Carmen é uma "querida amiga" e "pessoa de grande capacidade", segundo José Sarney que, no plenário do Senado, em 2013, homenageou o aniversário de 100 anos de Colombo de Souza, pai de Maria Carmen, já falecido, com quem compartilhou no Congresso "a causa do Nordeste". Procurado, o ex-presidente José Sarney não respondeu à reportagem. As duas funcionárias estão de férias e também não responderam os pedidos de posicionamento feitos pela reportagem.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Camila Maia

Título: Cotas de energia geram passivo mensal de R\$ 1 bi

A energia contratada hoje no regime de cotas de garantia física e potência, criado pela MP 579 em 2012, causa passivos mensais de risco hidrológico de cerca de R\$ 1 bilhão, que são transferidos às contas dos consumidores por meio das bandeiras tarifárias, segundo informações do Ministério de Minas e Energia.

A equipe que cuida do setor de energia no governo divulgou terça-feira uma primeira versão das perguntas mais frequentes sobre a reforma proposta no setor elétrico. Um dos principais pontos destacados é que a energia das cotas, contratada depois da MP 579, "não é efetivamente barata quando se observa o custo total", ainda mais quando levados em conta encargos setoriais e bandeiras tarifárias.

A então presidente Dilma Rousseff publicou a MP em 11 de setembro de 2012, com o objetivo de alcançar a modicidade tarifária. O documento do ministério aponta que as usinas da Chesf, por exemplo, comercializavam a energia a R\$ 120 por megawatt-hora (MWh) para consumidores de todo o país, corrigidos a valores de hoje. Essa venda não afetava encargos setoriais e não repassava o risco hidrológico (medido pelo fator GSF, na sigla em inglês) ao consumidor.

Depois da MP, convertida na Lei 12.783/2013, as usinas passaram a comercializar a energia em tarifas próximas de R\$ 40/MWh no regime de cotas. Essa energia é alocada em todas as distribuidoras, mas o risco hidrológico é repassado aos consumidores.

Além desses passivos mensais de R\$ 1 bilhão resultantes do risco hidrológico, os proprietários das hidrelétricas receberam indenizações desde 2013, e estão pleiteando valores ainda maiores de tarifa, com base em investimentos passados não indenizados e necessidades de investimentos futuros.

"A soma desses componentes ultrapassa o preço anteriormente praticado e a tendência é que essa diferença apenas aumente ao longo do tempo, à medida que novos investimentos sejam realizados", diz o documento do ministério. Segundo a pasta, a energia em cotas dá "uma falsa impressão de economia", enquanto "esconde seus custos e riscos dos consumidores e inviabiliza a recuperação destas empresas".

A elevação das tarifas em 7% apontada pela nota técnica divulgada pelo ministério na semana passada para nortear a discussão aconteceria apenas se toda a energia atualmente em cotas fosse privatizada a um preço hipotético de R\$ 200/MWh. "A análise, portanto, não pretende estabelecer um impacto real da medida aos consumidores, mas apresentar que, mesmo num cenário levado ao absurdo - e, portanto, impossível - no qual nenhum dos benefícios da descotização fosse considerado, o impacto não seria alto."

Isso não vai acontecer, pois as estatais não venderão todas as usinas, as privatizações não serão imediatas, e aquelas vendidas serão recontratadas a preços mais baratos que os R\$ 200/MWh considerados na análise.

Outra questão destacada pelo Ministério de Minas e Energia é que o texto proposto não determina a privatização de qualquer empresa ou ativo específico controlado pela Eletrobras, mas traz essa alternativa para a companhia, e também a possibilidade que os ganhos apurados com a outorga das usinas tenham como o destino o setor elétrico e a própria estatal.

"A alteração do regime comercial das usinas, além disso, está alinhada com o objetivo geral das mudanças propostas na direção de maior eficiência setorial ao alocar corretamente riscos e promover competição no mercado", diz o documento.

Ao repassar o risco hidrológico para o consumidor - o que acontece quando chove menos e a usina não gera a energia esperada -, ele acaba pagando também pela geração complementar em usinas mais caras, "o que resulta em cifras bilionárias".

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção:** Empresas**Autor:****Título:** Destaques

Aço Brasil revisa demanda

Os fabricantes de aço do país decidiram fazer uma nova revisão de suas projeções de venda e consumo do produto em 2017. A razão é que a economia brasileira ainda não se recuperou na velocidade que se esperava e as importações inundaram o mercado no ano, acirrando a competição com as empresas locais. No dia 26, em São Paulo, o Instituto Aço Brasil, que reúne as companhias do setor, fará anúncio dos novos números para o ano, além de divulgar o desempenho do primeiro semestre. A previsão, dizem fontes, é que mais uma vez seja realizado um corte das estimativas. Em abril, a entidade baixou sua previsão de vendas internas de um crescimento de 3,6% para 1,3%. Assim, o volume esperado no ano passou para 16,7 milhões de toneladas. Quanto ao consumo aparente - que adiciona as importações -, a previsão caiu, de 3,5% de alta, de novembro do ano passado, para 2,9%, totalizando 18,7 milhões de toneladas.

Furnas cancela contrato

O complexo eólico de Itaguaçu, de Furnas (98%) e Casa dos Ventos (2%), na Bahia, teve seu contrato de venda de energia para distribuidoras rescindido durante o processamento do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits (MCSD) de Energia Nova, realizado no fim de maio pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). A rescisão do contrato levou à Itaguaçu da Bahia Energias Renováveis (Iber), sociedade de propósito específico (SPE), operadora do complexo, a revogar a licitação que havia aberto em 2016 para contratar um pacote de aerogeradores, conforme publicado pelo **Valor** esta semana. A licitação foi vencida pela WEG, mas o contrato não chegou a ser assinado.

J&F negocia ativo elétrico

A gestora canadense Brookfield assinou um acordo de exclusividade para negociar a compra das linhas de transmissão de energia da Âmbar Energia, subsidiária da J&F, segundo a Reuters. Conforme uma fonte, a Brookfield poderia pagar até R\$ 1 bilhão pela fatia majoritária da J&F nos projetos. A Âmbar tem mais de 1.200 km de linhas de transmissão no país. Procuradas, J&F e Brookfield não comentaram as informações.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Brasil****Autor: Rodrigo Polito****Título: Eletronuclear quer fim de obras de Angra 3 em 2024**

A Eletronuclear, braço de geração de energia nuclear da Eletrobras, pedirá a manutenção da previsão de início de operação da usina nuclear de Angra 3, no Rio, em 2024, em contribuição no processo de consulta pública sobre o Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE) 2026, cuja minuta foi divulgada na última semana pelo ministério de Minas e Energia. O documento, que traça as metas para o setor energético nos próximos dez anos, adiou a entrada em operação da terceira nuclear brasileira para 2026.

"Absolutamente defendemos que seja mantida a data de 2024", disse ontem o presidente da Eletronuclear, Bruno Barretto, após participar de seminário no Rio.

Segundo ele, além de enxergar demanda para produção de energia de Angra 3 e benefícios técnicos oriundos da conclusão da usina, a retomada do empreendimento é importante do ponto de vista econômico-financeiro para a companhia e a holding Eletrobras.

"Temos razões de caráter econômico-financeiro que mostram que não podemos, de forma alguma, adiar mais o cronograma desse empreendimento, uma vez que temos empréstimos contraídos junto aos bancos oficiais, o BNDES e a Caixa [Econômica Federal]", disse o executivo. "Qualquer adiamento nesse cronograma é uma penalização enorme para o empreendimento, para a Eletronuclear e para a Eletrobras", completou ele, que conversou na terça-feira com Luiz Augusto Barroso, presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), responsável pelo subsídio técnico à elaboração do PDE.

Barretto afirmou que espera para os próximos meses uma decisão do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) sobre a retomada das obras da usina, que estão paralisadas desde o segundo semestre de 2015. Angra 3 está com 67% de conclusão das obras civis.

O presidente da Eletronuclear confirmou que a retomada de Angra 3 deve ser feita em parceria com um grupo estrangeiro. "A questão dos parceiros é concreta e real. Não vemos hoje capacidade no mercado brasileiro de agregar agentes para a conclusão da usina. Temos interesse claro e flagrante de grandes empresas internacionais, que tem no seu negócio a construção e operação de usinas nucleares e me refiro, em grande parte, às empresas chinesas russas e francesas, com quem temos tido contato".

Reportagem publicada ontem pelo **Valor** informou que estão negociando possíveis parcerias com a Eletronuclear a russa Rosatom, a chinesa CNNC, o consórcio franco-nipônico EDF / Areva / Mitsubishi e a sul-coreana Kepco.

Barretto contou que ainda não está definido o modelo de negócios para a formação da parceria, mas uma das alternativas é a formação de uma sociedade de propósito específico (SPE), em que a estatal seria a acionista majoritária e responsável exclusiva pela operação da termelétrica, atendendo o que está previsto na Constituição.

"A solução mais viável, que se pensa, é algo de maneira que haja uma empresa, que pode ser uma SPE [...], em que a Eletronuclear e o parceiro sejam acionistas, em que nós entraremos justamente com todo o investimento feito até agora, os equipamentos e os ativos existentes", completou Barretto.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: André Ramalho

Título: Venda de Carcará abre espaço para dividendos

A venda da fatia de 10% da Queiroz Galvão Exploração e Produção (QGEP) no bloco BM-S-8 (Carcará), para a Statoil, promete reforçar o caixa da petroleira brasileira para eventuais aquisições e abre espaço para elevar o patamar de distribuição de dividendos aos acionistas. O presidente da companhia, Lincoln Guardado, disse ontem que, com a venda do ativo, no pré-sal da Bacia de Santos, por US\$ 379 milhões, a empresa pretende reavaliar seu posicionamento estratégico e já sinaliza que a possibilidade de compra de campos maduros passará a ser considerada "com um pouco mais de profundidade".

O desinvestimento da QGEP foi bem recebido pelo mercado. As ações ordinárias da petroleira fecharam ontem com alta de 14,33%, a R\$ 6,86. A estimativa do BTG Pactual é que, com o negócio, a companhia ficará com um caixa de R\$ 2,1 bilhões e sem grandes compromissos de investimento pela frente. O banco elogiou a decisão da empresa e destacou que muitos investidores não atribuíam muito valor à manutenção do ativo pela QGEP, já que Carcará estava previsto para começar a produzir apenas em meados da década de 2020 e consumia investimentos vultuosos.

Embora a QGEP esteja abrindo mão de uma produção promissora de petróleo, no longo prazo, o próprio comando da petroleira reconhece que Carcará se tornou "grande demais para bolso" da companhia, nas palavras da diretora financeira e de relações com investidores, Paula Côrte-Real. A expectativa é que, só nos próximos 18 meses, os investimentos da empresa sejam reduzidos em US\$

21 milhões - o equivale a 16% dos aportes previstos pela petroleira para o biênio 2017-2018.

A Queiroz Galvão ainda não bateu o martelo sobre que destino dará aos recursos obtidos com a venda do ativo no pré-sal, mas, com o corte dos investimentos previstos no projeto e com a entrada de milhares de dólares no caixa, sobem as expectativas em torno do aumento da remuneração aos acionistas. Nos últimos exercícios, a petroleira pagou cerca de R\$ 38 milhões ao ano em dividendos.

"Precisamos revisitar nosso portfólio e a distribuição de dividendos poderia ser uma consequência do excesso de caixa [devido à redução dos investimentos previstos com a exploração da área, no pré-sal da Bacia de Santos]", disse Paula, durante teleconferência com analistas.

Já Lincoln Guardado disse que, além de avaliar a distribuição de dividendos, a empresa também pretende reinvestir parte dos recursos obtidos com a venda de Carcará no portfólio de exploração e produção da empresa. Ele justificou o negócio devido a "alta monta" dos investimentos necessários para desenvolvimento do BM-S-8 e às incertezas sobre quando o ativo começaria a gerar caixa.

Questionado sobre a possibilidade de a QGEP vir a focar suas atividades em campos maduros, o executivo afirmou que os ativos desse tipo colocados à venda pela Petrobras, até o momento, são de "porte muito grande", mas que as oportunidades de aquisição não ficarão de "fora do radar".

"Vamos estar atentos daqui para frente. O movimento [de venda de Carcará] vai requerer um reposicionamento estratégico nosso e pretendemos fazer isso nos próximos meses, dada essa liquidez que virá [com a entrada dos recursos do desinvestimento]. Ainda não temos uma resposta definitiva. A partir de agora podemos levar em consideração com um pouco mais de profundidade [a aquisição de campos maduros]", disse.

Guardado explica, ainda, que a venda de Carcará deu maior liquidez para que a petroleira participe das licitações que serão realizadas neste ano. A decisão sobre participar ou não dos leilões, contudo, ainda não está fechada.

"Obviamente, a venda [de Carcará] pode nos dar um pouco de alívio em liquidez no curto prazo e médio prazo. Vamos considerar esse aspecto na nossa [decisão sobre] participação ou não nos futuros leilões", afirmou.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: André Ramalho, Rodrigo Polito e Juliana Machado****Título: Petrobras pode pulverizar controle da BR**

A Petrobras pretende oferecer entre 25% e 40% do capital da BR Distribuidora, por meio de oferta secundária de ações, afirmou uma fonte com conhecimento do assunto. O **Valor** apurou, no entanto, que, embora não seja consenso dentro do conselho de administração, a hipótese de uma pulverização do controle da distribuidora no mercado, a partir da oferta de mais de 50% do capital da companhia, ainda não pode ser descartada.

Segundo uma segunda fonte a par do assunto, o percentual da BR a ser oferecido ao mercado ainda será definido mais adiante, a depender muito do avanço da demanda que os bancos identificarem e do "feedback" dos investidores. De acordo com a mesma fonte, a maior parte do conselho de administração da Petrobras prefere "caminhar aos poucos" com a abertura de capital da BR, mas há defensores, no grupo, de um processo de pulverização mais intenso do capital da distribuidora.

Como a meta da Petrobras é listar a distribuidora de combustíveis no Novo Mercado da B3 (antiga BM&FBovespa), segmento especial de governança corporativa da bolsa paulista, pelo menos 25% das ações da BR precisa ser ofertada ao mercado. Seja qual for a fatia a ser disponibilizada ao mercado, a ideia é que a governança de alguma forma preserve algum tipo de sinergia com a produção de derivados da Petrobras.

A abertura de capital da BR Distribuidora foi aprovada pelo conselho da estatal na terça-feira. A Petrobras comunicou, na ocasião, que todos os atos necessários para a realização da oferta estarão sujeitos à aprovação de órgãos internos da estatal e da BR, bem como à análise e à aprovação dos respectivos entes reguladores. A estatal não estipulou qualquer prazo previsto para a realização do processo.

A BR é um dos principais ativos do programa de desinvestimentos da Petrobras, que pretende levantar US\$ 21 bilhões no biênio 2017/2018. Estimativas de mercado apontam que a distribuidora vale algo em torno de R\$ 25 bilhões a R\$ 30 bilhões.

Dona de uma fatia de 31,2% do mercado de distribuição brasileiro, a BR registrou, no ano passado, uma receita líquida de R\$ 86,2 bilhões (montante 11,1% menor que o registrado em 2015) e um prejuízo de R\$ 315 milhões (ante as perdas de R\$ 1,16 bilhão do ano anterior). A distribuidora possui um plano de investimentos

de R\$ 2,8 bilhões entre 2017 e 2021, que visa recuperar o market share da empresa para patamares de 34,6% até 2021. Ao todo, a companhia possui uma rede de 8,1 mil postos e tem planos de aumentá-la em mais 1,8 mil unidades.

A BR Distribuidora já foi uma companhia de capital aberto até 2003 e a reabertura do capital voltou a ser uma opção. A distribuidora abriu o capital em 1993. A primeira tentativa da Petrobras de fechar o capital e reassumir totalmente o controle foi em outubro de 2000. Na época, a proposta da estatal era incorporar a distribuidora para, em seguida, cancelar o registro.

O modelo, porém, foi motivo de queixas de minoritários da distribuidora de combustíveis. O caso foi levado para a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que determinou à Petrobras que fizesse uma oferta pública para aquisição de ações (OPA) da controlada. Na época, a estatal decidiu desistir do processo.

Uma nova operação ocorreu em janeiro de 2003, quando a Petrobras realizou na bolsa de valores a troca das ações da controlada por suas próprias ações. A oferta teve adesão de 99,99% dos acionistas da distribuidora - eram necessários dois terços para garantir o sucesso do negócio.

O objetivo, segundo a estatal, era concentrar a liquidez nas ações da própria Petrobras e alinhar os interesses das duas companhias. Desde a primeira tentativa de reassumir 100% da BR, a estatal tinha interesse em adequar o seu perfil ao de concorrentes no mercado internacional e alcançar, com isso, maior liberdade de negociações, além de diminuir custos.

Uma pedra no sapato da BR Distribuidora, que precisa ser resolvida antes de qualquer operação de venda de ações, é a dívida que a Eletrobras possui com a empresa, pelo fornecimento de combustível para geração de energia termelétrica na região Norte.

No fim de março, a dívida total da estatal elétrica com a Petrobras somava R\$ 16,7 bilhões. Desse montante, um valor de R\$ 10,1 bilhões já foi objeto de dois contratos para repactuação de dívida. Os R\$ 6,6 bilhões restantes estavam em negociação entre as empresas. Desse valor em aberto, a Eletrobras conta com recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), encargo cobrado via tarifa de energia, de cerca de R\$ 3,5 bilhões.

Na época, o presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira Jr, havia explicado que o fechamento de um novo acordo, com relação ao valor em aberto da dívida era importante para a privatização da BR Distribuidora e das distribuidoras da estatal elétrica, principalmente a Amazonas Energia.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Juliana Schincariol, Juliana Machado e Fernando Torres****Título: CVM aceita contabilidade de hedge no balanço da estatal**

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aceitou o recurso da Petrobras, contra a decisão da área técnica, que havia determinado a republicação dos balanços da companhia desde 2013, retirando os efeitos da contabilidade de hedge. A decisão do colegiado não foi unânime. O diretor relator Henrique Machado e o diretor Pablo Renteria votaram a favor da tese da empresa. Já o presidente da autarquia, Leonardo Pereira, concordou com os superintendentes.

Ao adotar a contabilidade de hedge, a Petrobras difere no tempo o efeito da variação cambial sobre a dívida em dólar na demonstração de resultados. O registro é feito de forma apartada numa conta do patrimônio líquido e os efeitos vão a resultado de forma paulatina, conforme as exportações são realizadas. Se tivesse que republicar seus balanços, o principal impacto prático para os acionistas seria um possível pagamento de dividendos sobre o resultado de 2016, que deixaria de ser um prejuízo e se tornaria lucro.

Em 2013, a Petrobras informou ao mercado a adoção desta prática, que é opcional. O objetivo era utilizar cerca de 70% de suas dívidas líquidas expostas à variação cambial para proteger cerca de 20% das exportações, por sete anos. A área técnica considerou que "desvirtuou-se a essência econômica do *hedge accounting*, migrando de uma política de proteção de risco para um mecanismo de diferimento de perdas cambiais". Também afirmou que o risco de exposição cambial das exportações futuras alegado pela companhia já estaria naturalmente protegido pelas suas importações, porque a Petrobras é importadora líquida de petróleo e derivados e possui um fluxo futuro de saída de caixa líquido em dólares.

No recurso, a Petrobras disse que a contabilidade de hedge era opção "plenamente legal e válida", que permite o casamento temporal entre a variação cambial das dívidas no balanço e a das exportações futuras registradas em períodos seguintes.

Machado pontuou que os instrumentos de dívida seriam designados para relações de hedge durante toda a maturidade, ainda que os fluxos de exportações tenham periodicidade inferior. Na visão dele, ao final de uma relação de proteção, o instrumento de hedge seria redesignado para uma nova relação. O relator também abordou a constatação da Superintendência de Relações com Empresas (SEP) de que a companhia teria utilizado instrumentos de dívida vencidos como instrumento de hedge de exportações futuras. Para o relator, a

área técnica utilizou de caso concreto para inferir que a irregularidade seria comum a toda contabilidade de hedge adotada. A Petrobras apresentou informações de que a dívida citada pela SEP foi renegociada e não restou vencida. E disse que não foram apresentados outros casos similares. Assim, Machado constatou que não foi um erro operacional ou falha metodológica.

O colegiado recomendou que a Petrobras adote aprimoramentos sobre o assunto. "Considerando os importantes e duradouros efeitos da contabilidade de hedge, a administração deveria planejar a sua adoção com cuidado redobrado", disse Machado.

No voto contrário, o presidente da CVM sugeriu que, em vez de republicar os balanços, a Petrobras efetuasse ajustes retrospectivos no próximo balanço e informasse as diferenças passadas em nota explicativa.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos

Título: Juiz decreta a falência do grupo Infinity, dos Bertin

O grupo sucroalcooleiro Infinity Bio-Energy - controlado pela Tinto Holding, do empresário Natalino Bertin - teve a falência decretada pelo juiz Marcelo Barbosa Sacramone, da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Tribunal de Justiça de São Paulo, conforme decisão publicada ontem no Diário Oficial. Natalino Bertin foi condenado por lavagem de dinheiro na Operação Lava-Jato, mas teve sua pena prescrita pelo juiz Sérgio Moro.

A companhia estava em recuperação judicial desde 2009, ainda antes de Bertin assumir seu controle, e no ano passado reduziu parte de sua dívida de R\$ 2 bilhões ao passar duas de suas seis usinas a credores. A unidade Usinavi, em Naviraí (MS) foi assumida pelas gestoras Amerra e Carval, enquanto a Ibirálcool, em Ibirapuã (BA), ficou com a Amerra. Com isso, o endividamento da Infinity recuou para menos de R\$ 1 bilhão.

Tais dívidas, porém, não estavam sendo pagas, conforme prevê o plano de recuperação. As outras quatro usinas do grupo continuaram sem operar nem gerar nenhuma receita. De acordo com informações dos autos, a empresa mantém em seu quadro de funcionários apenas seguranças, para evitar roubos nas unidades.

De acordo com o plano aprovado no ano passado, três dessas usinas - a Alcana, localizada em Nanuque (MG), a Disa, em Conceição da Barra (ES), e a Cridasa, em Pedro Canário (ES) - também deveriam ter sido vendidas. Contudo, o processo

ficou paralisado porque os credores não retiraram o gravame da alienação fiduciária.

A primeira usina a ser alienada seria a Disa, para pagar cerca de R\$ 30 milhões aos credores trabalhistas, seguida das demais. Após o pagamento a esses credores, os recursos levantados com os leilões seriam destinados, em sequência, aos credores extraconcursais e concursais.

Porém, a Infinity não constituiu sociedade para a formação de uma unidade produtiva isolada (UPI) para os ativos da Disa dentro do prazo. Com isso, a empresa deixou de pagar os credores trabalhistas, perdendo o prazo em 25 de maio.

Também não foram pagos R\$ 341.877 de dívidas com credores extraconcursais (não submetidos à recuperação), que no total têm R\$ 177 milhões a receber.

O plano ainda previa que a Infinity ficaria com a usina Cepar, localizada em São Sebastião do Paraíso (MG) e com os canaviais da Cridasa para manter sua atividade econômica. As unidades deveriam ter sido arrendadas, mas os contratos não foram firmados.

Essas quatro unidades, porém, estão há muito tempo sem operar, com indústria e canaviais em deterioração. As usinas Cepar, Cridasa e Alcana não operam desde a safra 2013/14, e Disa não mói mais cana desde meados de 2015/16.

Questionada pelo juiz, a empresa informou nos autos que não possuía recursos para realizar os pagamentos e que seu único plano de atuação para quitar seus créditos seria a alienação das usinas.

A decisão judicial pode ser contestada em segunda instância. Porém, a falência pode facilitar a venda das unidades, segundo fontes que participaram da recuperação.

Agora, as usinas do grupo passarão para uma massa falida, a ser administrada pela Deloitte.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Agronegócios****Autor: Kauanna Navarro****Título: BioÓleo propõe deságio de 60% em suas dívidas**

A BioÓleo, joint venture da Petrobras e da 2H Participações, apresentou no fim de junho seu plano de recuperação judicial, com duas propostas básicas aos credores: deságio de 60% nas dívidas e pagamento em seis anos após carência de dois anos a partir da homologação do plano, ou pagamento sem deságio em 12 anos após carência de três anos.

O processo de recuperação da BioÓleo corre na 4ª Vara Cível da Comarca de Feira de Santana (BA), onde fica a sede da empresa. "Temos duas opções porque bancos públicos não aceitam deságio", explicou Eduardo Scarpellini, sócio da consultoria EXM Partners, responsável pelo plano da BioÓleo.

A empresa tem uma dívida de R\$ 44,134 milhões envolvida na recuperação. Do total, cerca de 70% são débitos com bancos e quase todo o restante com fornecedores de insumos, como caroço de algodão e mamona. A totalidade é com credores que não têm garantia real.

Na proposta que prevê 60% de deságio, os juros que incidirão sobre o total remanescente da dívida (40%) serão de 9% ao ano mais correção. O plano prevê uma carência de um ano para o pagamento de juros. Nessa opção, os pagamentos serão feitos em seis anos em parcelas mensais. Uma fatia de 5% da dívida será paga no primeiro ano, após o prazo de carência de dois anos. No segundo ano, será pago mais 5% da dívida. No terceiro ano, a fatia será ampliada para 15% dos débitos; no quarto ano, para 20%; no quinto para 25%, e no último ano, a 30%.

Na opção sem desconto na dívida, os juros propostos são de 6% ao ano mais a correção, com carência para pagamento de juros de 18 meses. O prazo de carência para começar o pagamento é de três anos, e a dívida deverá ser paga em parcelas mensais em 12 anos.

No primeiro ano, está previsto pagamento de 2% da dívida e 3% no segundo ano. Do terceiro ao sétimo ano, a proposta é que se pague 5% da dívida anualmente. Do oitavo ao 11º ano, a fatia sobe para 10% ao ano. No último ano, está previsto o pagamento dos 30% restantes.

Com relação às dívidas trabalhistas, o plano prevê que os créditos de natureza salarial até o limite de cinco salários mínimos por pessoa, vencidos nos três meses anteriores ao pedido de recuperação, serão pagos em até 30 dias após a

homologação, sem multas. As demais dívidas trabalhistas deverão ser pagas em até 12 meses.

A BioÓleo também poderá vender ou arrendar parte de seu parque industrial. O plano prevê venda de ativos não operacionais - um terreno com sete lotes, que somam área de 53 mil metros quadrados, e venda ou parceria em uma unidade de esmagamento de soja em construção e de uma de tratamento de efluentes, já em funcionamento.

A intenção da EXM Partners, afirmou Scarpellini, é procurar um sócio que complete o investimento para a construção da fábrica e também parceria para usar a capacidade de tratamento de efluentes para terceiros. Os ativos da empresa estão avaliados em R\$ 74 milhões.

Em 2010, a empresa tinha o objetivo de ser a principal fornecedora de óleo vegetal refinado para a Fábrica da Petrobras em Candeias (BA), o que exigiu grandes investimentos para aumentar a produção e, segundo Hilton Lima, sócio da 2H, foi um dos principais motivos do pedido de recuperação.

A BioÓleo continua em operação, fazendo pagamento antecipado aos fornecedores, segundo a EXM Partners. Conforme a consultoria, a receita deste ano deve somar R\$ 50 milhões, ante os R\$ 60 milhões de 2016. Após a publicação do plano, os credores têm até 30 dias para contestá-lo, e o prazo para a realização da assembleia de credores é até meados de outubro.

MME / ASCOM